



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2015

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços para o Fornecimento de Lentes corretivas com armação e embalagem, conforme descrito no item II e anexo VI.

Razão Social:

CNPJ/CPF N.º:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

E-mail:

Telefone/Fax:

Pessoa para contato:

Responsável: _____

Declaro que recebi, através do acesso à página <http://www.cisvali.com.br> do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu, o edital acima, dentro do prazo legal e pertinente.

Local: _____, _____, de _____ de 2015.

Representante Legal

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura com essa proponente, sobre as eventuais alterações do edital, solicitamos que este protocolo seja devolvido a este departamento devidamente preenchido, através do email compras@cisvali.com.br

A não remessa do recibo exime o Departamento de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2015 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2015

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI- no uso de suas atribuições legais torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do **Tipo Menor Preço por lote, objetivando o registro de preços para o fornecimento de Lentes corretivas com armação**, conforme descrito no **Item 2.1**, obedecendo integralmente a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto 3.555 de 08 de agosto de 2000 e a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu, localizada na Rua Ipiranga, 251 – Térreo – Centro – União da Vitória - PR. CEP: 84.600-000 – Fone: (42) 3524-2957, (42) 3523-7930.

Pregoeiro: Ricardo Castilho de Oliveira

E-mail: compras@cisvali.com.br

ABERTURA

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Data: 22/10/2015 às 10:00 horas.

Local: AMSULPAR, Sito a Av: Manoel Ribas, 609, sala 11, Edifício Alcântara em União da Vitória – PR.

OBJETO

Tem por objeto o presente Edital de Pregão Presencial, o **REGISTRO DE PREÇOS** para **FORNECIMENTO DE LENTES CORRETIVAS COM ARMAÇÃO**, conforme descrito no **Item 2.1** deste Edital.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Modelo Carta de Credenciamento
ANEXO II	Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e de Idoneidade.
ANEXO III	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora.
ANEXO IV	Carta proposta para fornecimento.
ANEXO V	Modelo de declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).
ANEXO VI	Termo de Referência do Objeto
ANEXO VII	Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços

CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio presencial.
- 1.2.** Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro e pela equipe de apoio indicado pelo Ato do Conselho nº 283/2015 de 22 de setembro de 2015.
- 1.3.** O presente edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da LC 123/2006, atendendo o direito de prioridade para microempresa de pequeno porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

II – DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o **FORNECIMENTO DE LENTES CORRETIVAS COM ARMAÇÃO**, com as características descritas na tabela abaixo:

LOTE	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO
01	2400	Unid.	<p>Par de lentes corretiva monofocal ou bifocal esférico até 6 dioptrias, cilindro até 2 dioptrias com armação para óculos em metal aro total, fio de nylon ou 100% acetato, com ou sem ponte anatômica de acrílico ou silicone*; haste em acetato, metal, alumínio ou TR90 (grilamid); com ou sem mola normal ou 180°, com agulha para regulagem total e/ou na extremidade da haste, devendo todos estes modelos estar a disposição do fornecimento em 8 modelos adulto masc., 8 modelos adulto fem., os modelos adultos deverão estar disponíveis nas cores padrão: preto, prata, grafite, dourado e marrom, e as demais cores opcionais, não estando obrigado ao fornecedor ter todas as cores disponíveis para uma única armação, mas sim opções de armações nas cores pré-determinadas; 5 modelos infante-juvenil masc. e 5 modelos infante-juvenil fem., os modelos infante-juvenil deverão estar disponíveis nas cores padrão: preto, prata, grafite, marrom e as demais cores opcionais. Ficará a escolha do cliente CISVALI qual a armação, modelo, material e cor, lhe será fornecido mediante ao apresentado neste certame.</p> <p>*Todos os modelos devem ter obrigatoriamente a opção com ou sem ponte anatômica a escolha do cliente CISVALI.</p>	R\$ 109,00

VALOR MÁXIMO: R\$ 261 600,00 (Duzentos e sessenta e um mil e seiscentos reais).

III – DAS AMOSTRAS

3.1. Na data, local e hora marcados para abertura do processo licitatório em tela, deverão obrigatoriamente as empresas interessadas apresentar amostras das lentes e armações, nas quantidades contidas no descritivo do item II do presente edital, em embalagem identificada com o nome da empresa proponente, em concordância com o disposto neste Edital, no momento do ato de credenciamento, para fim de averiguar a adequação por equipe deste Consórcio, ficando a empresa vencedora do certame vinculada a fornecer os materiais conforme a amostra.

3.2. Em caso de necessidade de troca dos modelos dos materiais a serem fornecidos pela empresa vencedora, na vigência do contrato, desde que fundamentada, deverá ser apresentada amostra do novo modelo para averiguação da adequação pela equipe do Consórcio.

3.3. A não apresentação de amostras desclassificará a empresa proponente.

IV – DO ATENDIMENTO

4.1. A empresa proponente deverá apresentar DECLARAÇÃO de que todo o atendimento, assessoria, retirada de medidas e orientação referente à escolha do modelo da armação ao cliente CISVALI, deverá ser realizado no município de União da Vitória - PR ou Porto União - SC, em local apropriado, estabelecido posteriormente pela empresa vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura da Ata de registro de preços, sendo todos os custos de responsabilidade do contratado.

4.2. O Consórcio solicitará o atendimento, assessoria, retirada de medidas e orientação referente à escolha do modelo da armação ao cliente CISVALI, sempre de acordo com a demanda do Consórcio, sendo os pacientes encaminhados pelos seus municípios cede.

4.3. Esta DECLARAÇÃO deverá ser apresentada junto à proposta de preço.

4.4. A não apresentação do item 4.1. desclassificará a empresa proponente.

V - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital, atentando também para a data e horário para início da disputa de lances.

5.2. Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

5.3. Será comunicado, por escrito, às empresas que retirarem o Edital e enviarem o protocolo de recebimento de edital, qualquer alteração que importe em modificação em seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

5.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Proposta e Documentação fora do prazo aqui estabelecido.

5.5. Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

5.6. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preâmbulo do presente edital.

5.7. Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, os representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

5.8. O envelope da Proposta de Preços deverá ter expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - CISVALI
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO PROPONENTE

5.9. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ter expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO IGUAÇU - CISVALI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - CISVALI
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO PROPONENTE

5.10. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços - e, após, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

5.11. A partir do horário previsto no Edital, terá início à sessão pública do pregão presencial, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

5.12. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar presentes para participar da sessão de lances.

5.13. A empresa interessada em participar do pregão presencial, sem representante legal, poderá somente enviar os respectivos envelopes, lacrados, com toda sua documentação rubricada e numerada para a sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do vale do Iguaçu.

VI - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos;

6.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante no **ANEXO V** para fins de habilitação, deverá apresentar declaração de que se enquadra como Microempresa e comprovar através de Certidão Simplificada da Junta Comercial de seu regime de tributação para fazer valer o direito

de prioridade no desempate (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006).

6.3. É vedada a participação de empresa:

- a)** Que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b)** Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c)** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- d)** Estrangeiras que não funcionem no País;

6.5. A participação neste certame importa ao proponente a irrestrita e irrevogável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de funcionamento/uso/consumo;

VII- DO CREDENCIAMENTO

7.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

7.1.1. Os documentos mencionados no Item anterior, inclusive o documento de identificação, com fotografia, do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, o qual deverá ocorrer até o horário de abertura da licitação;

7.1.2. O credenciamento (Modelo-**ANEXO I**) deverá ter reconhecido em cartório a assinatura do representante legal da empresa acompanhada da cópia do RG e CPF do credenciado e do contrato social da empresa.

7.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso mediante apresentação do ato constitutivo da Empresa, para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

7.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.3.1. Deverá ser comprovada através da apresentação do contrato social ou documento equivalente e cópia do RG e CPF.

7.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

7.5. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

7.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 7.2 e 7.3. não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

7.7. O credenciamento não é obrigatório, podendo o licitante participar do certame sem representante credenciado, implicando na desistência de prática de atos presenciais, desde que atenda a todas as demais disposições do presente edital.

7.8. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes de números 01 e 02.

7.9. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação dos lances e demais atos, inclusive recurso.

7.10. Os documentos entregues no ato do credenciamento estão dispensados de constar no envelope 02.

7.11. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta etapa / fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento / conferência da declaração exigida neste Edital.

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

a) Os Fornecedores deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

I – os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade da entrega;

II – não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

III – declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo **ANEXO II**);

IV – Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo **ANEXO III**);

7.12. As declarações deverão ser apresentadas junto no ato de credenciamento, separadamente dos envelopes de numero 01 e 02.

7.13. Iniciada esta etapa e recebida às declarações e credenciamentos, o Pregoeiro as examinara, decidindo acerca de suas validades jurídicas.

7.14. A ausência das referidas declarações que cumprem os requisitos de habilitação ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a

participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.15. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

VIII - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

IX – DOS LANCES

9.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início à sessão pública do pregão presencial, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar presentes para participar da sessão de lances.

9.3. A empresa interessada em participar do pregão presencial, sem representante legal, poderá somente enviar os respectivos envelopes, lacrados, com toda sua documentação rubricada e numerada para a sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do vale do Iguaçu.

9.4. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referencia definido pela administração pública.

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Art. 44: Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para a microempresa e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45: Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio.

9.5. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;

9.6. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.7. Caso a empresa opte pelo disposto na Lei Complementar nº 123/2006, Artigos 44 e 45, deverá comprovar através da Certidão Simplificada da Junta Comercial seu enquadramento no regime de microempresas e empresas de pequeno porte – Documento este que não poderá ser substituído pelo Certificado de Registro Cadastral.

9.8. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

X – PROPOSTA

10.1. O comparecimento para participação e/ou encaminhamento de proposta para participação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.2. Na hipótese do licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte será necessária a informação desse regime fiscal, anexada junto a proposta de preço, sob pena do licitante enquadrado nessa situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.3. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no item 2.1 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro examinar o enquadramento das mesmas.

10.4. A validade da proposta será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

10.5. Compete ao Pregoeiro proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA, conservando intactos os ENVELOPES DE HABILITAÇÃO e sob guarda do Pregoeiro.

XI - PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

11.1. A Proposta de Preço deverá ser apresentada em uma via impressa, podendo ser utilizado o Formulário Padrão de Proposta, (Modelo – **Anexo IV**) deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal da licitante.

11.1.1. Na Proposta de preço deverá constar:

- a)** Razão Social da licitante;
- b)** Numero do CNPJ/MF;
- c)** Endereço completo, telefone, fax para contato e se possível endereço eletrônico;
- d)** Agencia Bancária e Conta Corrente;

11.1.2. Uma única cotação, com preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros.

11.1.3. Os valores dos impostos já deverão estar incorporados e somados ao valor do produto ou destacados;

11.1.4. A validade da proposta será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

11.1.5. Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no item **2.1** deste Edital. Deverá ser informada a marca e o modelo do produto ofertado.

11.1.6. Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

11.2. Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor valor no item;

11.3. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital;

- 11.4.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;
- 11.5.** Serão rejeitadas as propostas que:
- 11.5.1.** Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado;
- 11.5.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;
- 11.5.3.** Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação inclusive o prazo de entrega;
- 11.5.4.** Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- 11.5.5.** Oferecer vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- 11.5.6.** Com preço manifestamente inexequível;
- 11.5.7.** Com preço simbólico ou de valor zero.
- 11.6.** Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.7.** O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, será entregue em lugares a ser designado pela entidade, após assinatura do contrato.
- 11.8.** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.
- 11.9.** O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.
- 11.10.** Todos os óculos devem estar acompanhados de uma embalagem no formato estojo.

XII - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 12.1.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 12.2.** Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e equipe de apoio;
- 12.3.** No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço;
- 12.4.** Lidos os preços, o Pregoeiro relacionará todas as propostas em ordem crescente.
- 12.5.** O autor da oferta de valor mais baixo e os 3 (três) autores das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- 12.6.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita;

CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

12.6.1. Caso haja empate no valor das propostas escritas, o pregoeiro seguirá o disposto no Art. 4º do Decreto Federal 3.555/2000, ou seja, em favor da ampliação da disputa entre os interessados em fornecer o objeto deste edital.

12.6.1.1. No caso de empate, conforme descrito acima, será decidido por sorteio à ordem dos lances verbais.

12.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

12.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

12.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 18 deste Edital;

12.10. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, se atender as necessidades da administração o pregão será validado e passará para a fase seguinte;

12.11. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

12.12. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.

12.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto, verificando sua qualidade e valor, decidindo motivadamente a respeito;

12.14. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitadoras;

12.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

12.16. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitadoras, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

12.17. Nas situações previstas nos subitens **9.8**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

12.18. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

12.18.1. Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata, este fato será registrado pelo Pregoeiro, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo, ficando precluso o direito de recurso.

12.19. As ME e EPP terão preferência para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame conforme disposto na Lei Complementar nº 123/06.

12.19.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME e/ou EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12.19.2. Em caso de empate, a ME e/ou EPP mais bem classificada poderá, na sessão pública de julgamento das propostas, no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

12.20. Considerada aceitável a oferta de menos preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

XIII– DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

13.1. TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob PENA DE INABILITAÇÃO do licitante se assim não estiverem. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.2. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à: habilitação jurídica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal.

13.3. Os documentos comprobatórios pertinentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal deverão se encontrar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação).

13.4. Será comprovada a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, mediante diligência via online, caso haja divergências entre o documento apresentado e o verificado, prevalecerá às informações online.

13.5. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentado os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada, salvo outro meio de prova apresentada na própria sessão pública.

13.6. Os documentos de habilitação deverão ser autenticados por cartório competente, ou por servidor devidamente qualificado.

13.7. As autenticações que por ventura dependerem do setor de licitações terão que ser obrigatoriamente efetuadas antes do início dos trabalhos da sessão.

13.8. Não serão autenticados documentos na sessão, salvo para observar o Art. 4º do Decreto Federal 3.555/2000.

13.9. As empresas deverão apresentar dentro do Envelope Nº 02 (Documentos de Habilitação), os documentos abaixo relacionados, em plena validade:

13.10. Aberto o invólucro “DOCUMENTAÇÃO”, e havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 02 (dois) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, contando da convocação para assinatura do contrato.

13.11. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.10., implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.12. Constatado o atendimento das exigências habilitadoras previstas no Edital, a proponente será declarada vencedora.

13.13. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitadoras, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

13.14 Sendo a proposta aceitável, o Pregoeiro verificará as condições de habilitação de proponente com a abertura de seu envelope “Documentação”, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Documentos relativos à habilitação jurídica:

13.15. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes, em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de sociedade por ações, estes deverão vir acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

13.16. Inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do Ato Constitutivo e alterações, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

13.17. Declaração de idoneidade apresentada de acordo com o modelo constante no Anexo II;

13.18. Declaração de inexistência de empregados menores – Anexo III;

13.19 Caso a empresa opte pelo disposto na Lei Complementar nº 123/2006, Artigos 44º e 45º, deverá comprovar através da Certidão Simplificada da Junta Comercial seu enquadramento no regime das microempresas e empresas de pequeno porte.

13.20. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou **sociedade estrangeira** em funcionamento no País.

REGULARIDADE FISCAL

Documentos relativos à regularidade fiscal:

13.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) / Ministério da Fazenda.

13.22. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação (Alvará de Licença);

13.23. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

13.24. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

13.25. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

13.26. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em vigência, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, a ser emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

13.27. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Documentos relativos à qualificação econômica e financeira:

13.28. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei (contendo as assinaturas do sócio, do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro, conforme o caso), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. (Dispensado para MEI);

13.29. Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o processo licitatório;

13.30. Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.31. Declaração da empresa, contendo assinatura com firma reconhecida do responsável da empresa, informando o responsável técnico especialista em óptica. A declaração deve conter no mínimo as seguintes informações: nome completo do profissional, número do CPF e RG.

13.32. Documentação do profissional: cópia da cédula de identidade; cópia do CPF; cópia do certificado de conclusão de curso em Técnico em Óptica.

XIV – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

14.1. Por ocasião do final da sessão, uma vez declarado o vencedor, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

14.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer fase do procedimento, a recorrente deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, quando será registrado as razões em ata, facultado a juntada de memoriais no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

14.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, conforme Art. 41 da lei 8.666/93 e seus parágrafos.

14.5. As demais proponentes ficam, desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

14.6. Após apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

14.7. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h00min, e informar.

14.8. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste pregão.

14.9. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

14.10. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

14.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.12. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedora.

XV – ADJUDICAÇÃO

15.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora.

15.2. Existindo recursos(s) e constatada a regularidade dos atos praticados a após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objetos do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

15.3. O acolhimento do recurso importará, apenas, a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XVI - HOMOLOGAÇÃO

16.1. Compete à autoridade competente homologar o Pregão.

16.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponentes(s) adjudicatárias(s) para assinar o instrumento de contrato, respeitada a validade de sua proposta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, havendo motivo justificado e aceito pela Administração. Não havendo contratação no prazo estabelecido, seja por desinteresse do adjudicatário ou por descumprimento da qualquer encargo imposto neste edital, ocorrerá a decadência do direito de contratar, sem prejuízo das sanções nele prevista.

XVII- DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

17.1. A contratação se fará nos termos do instrumento anexo ao presente Edital (ANEXO VII), com eficácia a vigência constante do mesmo, cujo extrato será publicado no Jornal O Iguassu, nos termos do parágrafo Único do artigo 61, da lei Federal nº 8.666/93.

17.2. Para a assinatura do instrumento de contrato, pelo representante legal ou procurador, será verificado por meio da Internet, a regularidade com o, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

17.3. A recusa injustificada de assinar o instrumento de contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a as sanções previstas no **item 18.1. "a"**.

XVIII - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9%.

b) Até 10% sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

18.2. Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderá ser aplicada as sanções previstas no artigo 7 da lei 10.520/2002, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, pelo infrator.

18.3. A proponente fica desde já ciente que pela inexecução total ou parcial do contrato será aplicado às penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/1993.

18.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

18.6. A aplicação da multa não:

a) impede a CONTRATANTE de rescindir unilateralmente o CONTRATO;

b) impede a imposição das penas de suspensão temporária para participar de licitações, de impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

c) prejudica a decadência de direito a contratação, nem a aplicação de outras sanções cabíveis;

d) desobriga a CONTRATADA de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que por ação ou omissão tenha causado.

e) as multas são autônomas, a aplicação de uma não exclui a outra e serão calculadas, salvo exceções, sobre o valor global do CONTRATO.

f) o CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as formalidades e consequências previstas nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIX – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

19.1. A contratada é única responsável em qualquer caso, por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência da mão de obra ora contratada, sem qualquer responsabilidade ou ônus para o consórcio pelo ressarcimento ou indenização devida.

19.2. A responsabilidade da contratada é integral para com a execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro sendo que a presença da fiscalização do consórcio, não diminui ou exclui essa responsabilidade.

19.3. Todo serviço mencionado em qualquer documento que integra o contrato será executado sob-responsabilidade direta da contratada.

19.4. É de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, inclusive licença/autorizações que incidirem sobre a prestação dos serviços.

19.5. Correção por conta da contratada:

19.5.1. Exclusivamente todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação da empreitada, objeto desta licitação.

19.5.2. As contribuições devidas à Seguridade Social.

19.5.3. Exclusivo todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmio de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e demais despesas necessárias.

19.5.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato (art. 65 §1º da LF nº 8.666/93).

19.5.5. É de responsabilidade da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

19.5.6. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente a Administração, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

XX – DAS ALTERAÇÕES

20.1. O instrumento contratual poderá ser alterado nos seguintes casos, estabelecidos pela Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores, em seu Artigo 65 e demais parágrafos.

20.2. Unilateralmente pela Administração:

20.3. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica ao objeto.

20.4. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei.

20.5. Por acordo entre as partes:

20.6. Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

20.7. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação do serviço.

20.8. Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou de fato do príncipe, configurando a lei econômica extraordinária ou extracontratual.

20.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrida após data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

20.10. Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá estabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

XXI – DA RESCISÃO

21.1. O contrato será rescindido de pleno direito em casos de:

a) inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual.

b) inexecução parcial do CONTRATO, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do Edital.

- c) não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d) má execução do objeto contratado.

XXII - PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO

22.1. A forma entrega do objeto da presente licitação, deverá ser efetuada na Sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI. **Ressaltando que a empresa vencedora deverá disponibilizar atendimento das 8:30 h às 18:00 h de segunda-feira a sexta-feira.**

22.2. O recebimento definitivo mensal ou mesmo quando concluída toda a execução contratual, não exclui a responsabilidade do contratado nos termos das prescrições legais, podendo levar a rescisão contratual o inadimplemento fundado no art. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Contrato celebrado.

XXIII – PAGAMENTO

23.1. O PAGAMENTO será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços solicitados, mediante a apresentação de Notas Fiscais em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu, desde que o objeto tenha sido entregue e executado na totalidade em que foi solicitado e de acordo com as determinações e especificações, após terem sido aprovados pelo setor competente do mesmo.

23.2. Após a aprovação expressa das Notas Fiscais pelo Setor competente nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu, os pagamentos serão liberados.

23.3. O pagamento dar-se-á por meio de transferência bancária, conforme interesse do LICITANTE.

23.4. Após a homologação, é dever do licitante vencedor, retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta, com o valor total a ser contratado, o qual ficará sujeito a liquidações parciais ao final de cada prestação.

23.5. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.02.10.302.0001.2003.3.3.90.32.00.00.00.00.1312 – Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Programa de Órtese de Prótese - Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

01.02.10.302.0001.2003.3.3.90.32.00.00.00.00.1369 – Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Programa de Órtese de Prótese - Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

01.02.10.302.0001.2002.3.3.90.32.00.00.00.00.1369 - Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

XXIV - REAJUSTAMENTO

24.1. Os preços oferecidos não sofrerão qualquer reajuste, com a exceção da hipótese prevista no Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93;

XXV - FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

25.1. O contrato será firmado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu e o vencedor da licitação, o qual consignará os direitos e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste Edital (ANEXO VII), independente de transcrição.

25.2. O licitante vencedor será convocado a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação.

25.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

25.4. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

25.5. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

25.6. As alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo, devidamente justificado e autorizado por autoridade competente do consórcio nos termos do artigo 65 e seguintes da lei 8666/93.

25.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

25.8. Se a licitante vencedora recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o serviço adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas na Seção XVIII deste Edital de Pregão.

25.9. O Órgão se obriga, nos termos previstos neste edital a:

25.9.1. Receber os itens adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, condições estabelecidas neste edital;

25.9.1.1. Os itens serão recusados nas seguintes hipóteses:

a) Nota fiscal com quantidades e especificação dos requisitos em desacordo com o discriminado neste Edital;

b) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade para o uso.

25.10. O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á pelo fiscal de contratos, após a verificação do cumprimento das especificações dos serviços, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária.

XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

26.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

26.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

26.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo, determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

26.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

26.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

26.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado;

26.8. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

26.9. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

26.10. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

26.13. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

- 26.14.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do Pregão.
- 26.15.** Fica eleito o foro da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 26.16.** Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, durante o expediente normal do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu, no endereço Rua Ipiranga, 251, térreo, no horário de 09h00min até 17h00min, ou através do telefone (42) 3523-7930, (42) 3524-2957.
- 26.17.** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;
- 26.18.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 26.19.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente.

União da Vitória, 05 de outubro de 2015.

Ricardo Castilho de Oliveira
Pregoeiro



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

ANEXO I – MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI
Licitação Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - CISVALI**
Objeto: **Fornecimento lentes corretivas com armação.**

Indicamos o (a) Sr.(a) _____,
portador da cédula de identidade nº _____, Órgão expedidor
_____, CPF n.º _____, como nosso
representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar ou assinar
documentos (habilitação e proposta), manifestar, dar lances, prestar todos os
esclarecimentos de nossa proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos,
enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(assinatura e carimbo do CNPJ)

** anexar cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado*



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

**ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE
IDONEIDADE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015.

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação
“que tomou conhecimento das normas do edital e de idoneidade”

A empresa abaixo assinada declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.

Também que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados e que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(assinatura e carimbo do CNPJ)

**está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.*



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015.

Declaração de Inexistência de Empregados Menores

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº. 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº. 8666/93.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.:

- 1) *Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.*
- 2) *Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.*



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

ANEXO IV - CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015.

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015** – Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme item 2.1, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Deverá ser cotado, preço unitário e total do item, de acordo com o item 2.1 do Edital.

A proposta terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)
(assinatura e carimbo do CNPJ)



CISVALI
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE
TRIBUTAÇÃO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (na
hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2015.

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1.OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o FORNECIMENTO DE LENTES CORRETIVAS COM ARMAÇÃO, com as características descritas nos lotes abaixo:

LOTE	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO
01	2400	Unid.	<p>Par de lentes corretiva monofocal ou bifocal esférico até 6 dioptrias, cilindro até 2 dioptrias com armação para óculos em metal aro total, fio de nylon ou 100% acetato, com ou sem ponte anatômica de acrílico ou silicone*; haste em acetato, metal, alumínio ou TR90 (grilamid); com ou sem mola normal ou 180°, com agulha para regulagem total e/ou na extremidade da haste, devendo todos estes modelos estar a disposição do fornecimento em 8 modelos adulto masc., 8 modelos adulto fem., os modelos adultos deverão estar disponíveis nas cores padrão: preto, prata, grafite, dourado e marrom, e as demais cores opcionais, não estando obrigado ao fornecedor ter todas as cores disponíveis para uma única armação, mas sim opções de armações nas cores pré-determinadas; 5 modelos infanto-juvenil masc. e 5 modelos infanto-juvenil fem., os modelos infanto-juvenil deverão estar disponíveis nas cores padrão: preto, prata, grafite, marrom e as demais cores opcionais. Ficará a escolha do cliente CISVALI qual a armação, modelo, material e cor, lhe será fornecido mediante ao apresentado neste certame.</p> <p>*Todos os modelos devem ter obrigatoriamente a opção com ou sem ponte anatômica a escolha do cliente CISVALI.</p>	R\$ 109,00
VALOR MÁXIMO: R\$ 261 600,00 (Duzentos e sessenta e um mil e seiscentos reais).				

Validade do Contrato: 12 (doze) meses

1.2. O pagamento dar-se-á até 10 dias após o recebimento da mercadoria.

1.4. A nota fiscal deverá ser entregue no CISVALI, durante o horário do expediente.

1.4.1. Deverá vir identificado, obrigatoriamente na nota fiscal, a indicação do processo de contratação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - CISVALI

1.5. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.

1.6. O pagamento será efetuado mediante a emissão da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de regularidade junto a Fazenda Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Débitos Trabalhistas;



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

- 1.7. Caso as certidões estejam, com sua validade vencida o pagamento ficará suspenso até a regularização;
- 1.8. Caso haja acordo entre as partes, poderá haver reajuste em comum acordo;
- 1.9. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

2. DO SERVIÇO

- 2.1. A entrega dos produtos em questão deverá ter início, após homologação e assinatura do contrato ou em caso de substituição do contrato pelo empenho, a emissão do mesmo.
- 2.2. O recebimento dos materiais fica vinculado ao CISVALI, a qual será responsável pela conferência dos mesmos.
- 2.3. O término da prestação dos serviços dar-se-á quando finalizar a entrega dos materiais descritos neste edital.
- 2.4. Os produtos deverão ser entregues de acordo com exigido no edital de Pregão.
- 2.5. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, decorrentes da execução dos serviços, ficarão exclusivamente a cargo da empresa vencedora, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), danos ou prejuízos porventura causados ao CISVALI;

União da Vitória, 05 de outubro de 2015.

Ricardo Castilho de Oliveira
Pregoeiro

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 22/10 DE 2015, ÀS 10 h00 min., EM DECORRÊNCIA DO RESULTADO DO PROCESSAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015, PARA O REGISTRO DE PREÇOS CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ÓRTESE, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, CONFORME DESCRITO NO ITEM II DO EDITAL. PELO PRAZO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Às (...e...) horas do dia ... de ... do ano de dois mil e quinze, na AMSULPAR, Sito a Av: Manoel Ribas, 609, sala 11, Edifício Alcântara – Centro – União da Vitória - PR – CEP 84.600-000, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo Ato do Conselho nº.:277/2015 de 01/09/2015, obteve-se o seguinte resultado: as Empresas,, que declaradas vencedoras do Pregão presencial nº.007/2015, para deixar registrado os preços para aquisição dos produtos constantes do quadro abaixo, nas formas e condições constantes do edital, para aquisições e pagamentos. O CISVALI, efetuará o pagamento até 30 (trinta) dias úteis ao do fornecimento, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, EMPRESA: (itens, lotes do edital, quantidade, descrição dos produtos, valor numérico e por extenso)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENT	QTDE	MARCA	PREÇO	VALOR
------	---------------	----------	------	-------	-------	-------

DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Parágrafo Primeiro: O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s), **parceladamente**, de acordo com as necessidades da CISVALI, rigorosamente em até **10 (dez) dias**, após a emissão da autorização para fornecimento e da respectiva nota de empenho.

Parágrafo Segundo: Durante a vigência do Registro de Preços, os fornecedores deverão fornecer os materiais, nas quantidades solicitadas, conforme os pedidos de compra e respectivas notas de empenho.

Parágrafo Terceiro: O CISVALI não está obrigado a adquirir qualquer quantitativo ou a totalidade dos materiais, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição, dos quais serão expedidas pedidos de compras e notas de empenho.

Parágrafo Quarto: Os produtos ao serem entregues deverão estar em conformidade com o que foi solicitado no edital;

Parágrafo Quinto: A entrega dos materiais deverá ser efetuada no setor de almoxarifado do CISVALI, sito à Rua Ipiranga, nº 251 – Centro – União da Vitória - PR, no horário das 08:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:30 horas;

Parágrafo Sexto: A empresa deverá fornecer local apropriado para receber os pacientes encaminhados pelos municípios para a retirada de medidas e escolha da cor e modelo dos óculos.



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

DO PREÇO

O valor total da presente Ata de registro de preços é de **R\$** (.....).

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, **em até 30 (trinta) dias** após a **entrega parcial e aceitação dos materiais**, mediante apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida em **nome do CISVALI**, acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais, Federais, Trabalhista e do FGTS;

Parágrafo Único: A nota fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que seja possibilitado ao **CONTRATANTE** efetuar o depósito bancário do valor devido.

DO RECURSO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

01.02.10.302.0001.2003.3.3.90.32.00.00.00.00.1312 – Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Programa de Órtese de Prótese - Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

01.02.10.302.0001.2003.3.3.90.32.00.00.00.00.1369 – Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Programa de Órtese de Prótese - Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

01.02.10.302.0001.2002.3.3.90.32.00.00.00.00.1369 - Saúde Coletiva - Atendimento a Municípios Consorciados – Material, Bem Ou Serviços para Distribuição Gratuita.

REAJUSTAMENTO

Os preços oferecidos serão irrealizáveis.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem obrigações do CISVALI:

- I) Certificar quando da entrega do(s) material(is) de que o(s) mesmo(s) atende(m) às especificações e marca apresentadas na proposta de preço;
- II) O CISVALI reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto da presente Ata de Registro de Preços, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido neste instrumento, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento à(s) Empresa(s).
- III) Dar à(s) Empresa(s) as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- IV) Efetuar o pagamento ajustado.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da(s) Empresas:



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

- I) Efetivar a entrega do(s) material(is), parceladamente, de acordo com as necessidades do CISVALI, rigorosamente em até 10 (dez) dias, após a emissão de autorização para fornecimento e da respectiva nota de empenho;
- II) Fornecer o(s) material(is) na(s) mesma(s) especificação(ões) e marca, de acordo com a apresentada na proposta de preço;
- III) Ao entregar o material, o mesmo deverá estar com o prazo de validade (data constante na embalagem), de no mínimo 10 (dez) meses e constar a data de fabricação e o prazo de validade;
- IV) No caso de devolução de produtos defeituosos dentro do período da garantia, o frete correrá por conta do fornecedor.
- V) Responsabilizar pelo pagamento de emolumentos prescritos em lei e observação de todas as posturas referentes ao fornecimento, bem como, as despesas decorrentes de leis trabalhistas, previdenciárias e fundiárias decorrentes da execução do presente contrato;
- VI) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentação que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação.

DAS PENALIDADES

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).
- b) Até 10% (dez) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

DA VIGÊNCIA

A vigência do presente termo será de 12 meses contados da data de sua assinatura. O prazo de execução contratual poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei quando houver necessidade e interesse do CISVALI, desde que preenchidos os requisitos legais.

DA RESCISÃO

O CISVALI poderá rescindir o presente termo, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses prevista no art. 78, inciso I a XII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à contratada qualquer



CISVALI

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu

indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

A Empresa não poderá transferir o presente termo, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços, sem prévia e expressa anuência do CISVALI.

TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CISVALI e a Empresa será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de União da Vitória – PR, para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir do presente termo.

Por fim não havendo mais qualquer assunto a ser tratado, encerrei a presente sessão. Eu, Ricardo Castilho de Oliveira, Pregoeiro do CISVALI, Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços, lavrei a presente Ata que vai devidamente assinada por mim, pela Presidente do CISVALI e o representante legal da empresa vencedora.

Ricardo Castilho de Oliveira

Marisa de Fátima Ilkiu de Souza
Presidente do CISVALI

EMPRESA VENCEDORA: